

**A GLOBALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DE  
MUDANÇA DE ESTRUTURAS SOCIAIS, POLÍTICAS,  
CULTURAIS E ECONÓMICAS NAS SOCIEDADES  
INTEGRANTES**

**GLOBALIZATION AS A PROCESS OF CHANGING SOCIAL, POLITICAL,  
CULTURAL AND ECONOMIC STRUCTURES IN MEMBERS**

Almir Santos Reis Junior

Doutor em Direito Penal, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor adjunto do curso de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor convidado do curso de Doutorado em Direito Público da Universidade Católica de Moçambique. Advogado.

João Fabião Machava

Doutor em Direito Público, pela Universidade Católica de Moçambique (UCM).

**RESUMO**

As mutações tecnológicas têm dado origem a inúmeras transformações nas sociedades nos âmbitos nacional e global desde a deslocalização dos centros de produção e a conseqüente integração de novos atores nos processos produtivos, passando pelo esbatimento das fronteiras, criando-se uma aldeia global, ou seja, o mundo já não é visto como algo grandioso, mas sim como uma aldeia em que os processos de convivência se aproximam cada vez mais criando, desse modo, uma simbiose sociocultural donde surgem novos paradigmas que urge, primeiro compreendê-los e depois, sendo o caso, adotá-los, ora porque se adaptam ao *modus vivendi* local ora porque o desenvolvimento, processo visto por muitos como inexorável e inevitável, virá coptar, mesmo contra a vontade de quem pode. Assim, o presente trabalho tem por objetivo procurar, não apenas respostas, mas, sobretudo, compreender o processo da globalização como aquele que, podendo ser nocivo sob determinadas perspectivas às quais se chamou de pessimistas, pode, igualmente, ser proveitoso e útil, quando visto como um processo integrativo. Para concretização desta pesquisa adotou-se o método hipotético-dedutivo

que consistiu no levantamento de hipóteses e, por consequência, sua aplicação para busca de verdades, ainda que provisórias. Ao final, chegou-se à conclusão de que a globalização é um processo com o qual não se deve contra ela lutar, mas sim procurar tirar o máximo proveito do que pode ser vantajoso, especialmente para os países em desenvolvimento.

**Palavras- Chave:** Aldeia Global. Globalização. Desigualdades Sociais.

## **ABSTRACT**

Technological changes have given rise to countless transformations in societies at the national and global levels, from the relocation of production centers and the consequent integration of new actors in production processes, through the blurring of borders, creating a global village, that is, the world is no longer seen as something grandiose, but as a village where the processes of coexistence get closer and closer, creating, in this way, a socio-cultural symbiosis from which new paradigms emerge that urge, first to understand them and then, being the case, adopt them either because they suit the local modus vivendi or because development, a process seen by many as inexorable and inevitable, will come to Copt, even against the will of those who can. Thus, the present work aims to seek, not only answers, but above all to understand the process of globalization as one that, while being harmful under certain perspectives that were called pessimistic, can also be beneficial and useful, when seen as an integrative process. In order to carry out this research, the hypothetical-deductive method was adopted, which consisted of raising hypotheses and, consequently, their application in the search for truths, even if provisional. In the end, the conclusion was reached that globalization is a process with which one should not fight against it, but rather try to make the most of what can be advantageous, especially for developing countries.

**Keywords:** Global Village. Globalization. Social Differences.

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre a globalização não pode ser dissociada de uma análise sobre os impactos deste processo nas diferentes economias e sociedades. Não se pode olvidar que a globalização implica a interação de um conjunto complexo de relações, com elementos como a circulação livre de pessoas, bens e tecnologias, sejam elas de que caráter forem, porém o enfoque maior é nas tecnologias de

informação e comunicação, nas redes de transportes internacionais, na deslocalização das empresas e de capitais.

Busca-se, dessarte, atentar-se que qualquer relação que se estabeleça entre partes, entendidas como protagonistas no processo de globalização, deve ter em comum – pelo menos aparentemente – o fato de todos pretenderem algum benefício resultante de tal relação; seria, então, expectável que a globalização trouxesse essa realidade, porém não é assim. Há os que sempre ganham muito e outros há que sempre nada ganham ou quase nada. Para além do aspecto econômico, há de se considerar outros que se revelarem de forma direta e estão presentes em todas as fases do processo de globalização: o aumento das desigualdades com impacto na desintegração das famílias, resultado de uma empregabilidade precária e consequente exclusão social.

Sob tal ótica, o presente trabalho pretende analisar o processo de globalização e os seus impactos nos aspectos de âmbito cultural, social e econômico, fundamentalmente em relação aos países em desenvolvimento, como Moçambique, visto que os países emergentes vão, naturalmente, produzir resultados diferentes, se comparados aos países desenvolvidos.

Para tanto, o trabalho apresenta, inicialmente, o conceito de globalização para, na sequência, identificar seus efeitos sociais, culturais e econômicos.

A realização do trabalho contou com a aplicação do método hipotético-dedutivo que consistiu na identificação do problema com hipóteses para serem testadas e falseadas, em busca de uma conclusão coerente. Vale registrar, nessa ótica, que o método hipotético-dedutivo constitui o portal de entrada, visto que o silogismo, próprio da dedução, surge como ponte do raciocínio que parte de premissas e estabelece uma conclusão que, necessariamente, se alinha com aquelas premissas sem necessidade de outros elementos que não sejam os já presentes.

O método hipotético-dedutivo, tendo como idealizador Karl Raymund Popper, na obra *“A Lógica da Pesquisa Científica”*, foi adotado nessa empreitada; sua concretização, nesse trabalho, partiu da formulação de um problema efetuado de forma simples, clara e precisa, com a finalidade de propiciar o alcance de um modelo simplificado do mesmo problema e, sobretudo, identificar outros conhecimentos e mecanismos ou instrumentos que se tenham por relevantes e auxiliem na discussão da problemática exposta.

De outro modo, torna-se necessário que se diga que as conclusões que se retiram quando em sede do recurso ao método hipotético-dedutivo não se apresentam de forma conclusiva, como verdades absolutas, pois a qualquer momento, surgindo fatos novos que provoquem algum ruído, aquelas conclusões podem ser derrubadas ou invalidadas, pelo saber científico. Dessa forma, as conclusões a que se chegar no final do presente trabalho são, em função de fatores supervenientes, verdades provisórias, prontas para serem afrontadas por novas pesquisas.

## **I. CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO E SEUS PRESSUPOSTOS**

Será aqui nesta secção abordada a questão relativa à globalização e aos pressupostos que presidem o processo de sua concretização. Começar-se-á por delinear o conceito de globalização; seguidamente abordar-se-ão as bases que sustentam sua concretização, nomeadamente as questões que têm relação com a evolução do processo de organização, bem como as invenções e as inovações tecnológicas em seus mais variados níveis.

Não obstante toda a abordagem subsequente, julga-se ser de importância considerável, sem exclusão de outros, que se diga, conforme Giddens (2006, p.20), que “nenhum guru da gestão a dispensa. Nenhum discurso político fica completo se se referir a ela”.

### **I.1 Conceito de Globalização**

Muitos autores se referem a dificuldades encontradas para consensualizar a definição de “globalização”, pois o consideram polissemico, visto que comporta vários significados em função das realidades objetivamente consideradas. Ainda assim, revela-se de cariz importante que se diga que, de modo geral, tal polissemia é mais de natureza semântica do que propriamente de conteúdo, pois uma análise mais técnica de seu conceito genérico leva à conclusão de que as distintas designações que assume nos vários escritos que se debruçam sobre o tema resvala para o mesmo conteúdo: interação dos povos e comunidades em todos os âmbitos da vida social, em uma escala planetária. O local, então, deixou de ser a referência, e o global tomou o seu lugar. Portanto, a globalização não implica, necessariamente, a normalização ou a integração, seja ela de que natureza for, mas, sobretudo, implica que se tenham as comunidades a vivenciar uma interdependência, resultante de uma deslocalização do conceito de soberania local para global.

Nesse diapasão, não se deve conceber a globalização e a mundialização como expressões sinonímicas, porquanto a mundialização envolve hábitos e costumes, que impactam no modo de vida das pessoas; a exemplo, citam-se marcas e patentes que estão no mundo todo, sem desprezar o desenvolvimento tecnológico, mas com forte atenção de penetração social, moldando o cenário das comunidades internacionais, como ocorre, por exemplo, com a Coca-Cola e o McDonald's. Então, na mundialização “o que se sobressai são os processos culturais”. Dessarte, há, na mundialização, “um universo mais simbólico atrelado ao cultural que se reproduzem em escalas variadas de acordo com cada sociedade” (Pereira, 2020).

De outro modo, ao conceito de globalização estão associados fatores ou conteúdos de natureza econômico-financeiros e tecnológicos, que conjugados numa perspectiva global esbatem o conceito de fronteiras tornando as comunidades

cada vez mais próximas umas das outras. Importa dizer que tal assertiva não é necessariamente de apropriação uniforme, pois autores como o já citado Giddens (2006) entendem que há aqueles que quanto ao seu conceito e fundamento consideram a globalização como algo que não traz valor acrescentado à sociedade e nomina-os de céticos por defenderem que a globalização é um processo que remonta à antiguidade e que toda a narrativa acerca da globalização não altera a geografia econômica do mundo. Em contraposição aos céticos, despontam aqueles que se designam por radicais por entenderem que a globalização é um fato bem concreto, cujos efeitos se fazem sentir contemporaneamente por toda a parte em todo o tempo. Nessa perspectiva, a discussão centra-se, fundamentalmente, numa matriz econômica, esquecendo-se de outros fatores que jogam, também eles, um papel relevante no processo.

A globalização promove transformações de paradigmas e introduz novos modelos e modos de pensar, sobretudo de convivência numa perspectiva global. Isso porque, “se se aceitar uma reflexão generalista e, sobretudo de cunho metafórico encontrar-se-á um conjunto de designações que enformam a pensamento subjacente à própria globalização”, pois o “globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, sociedades nacionais, Estados-nações em suas relações de interdependência, dependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo”. Realmente, a “terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica” (Ianni, 2001, p. 13.).

Desponta, assim, o entendimento de que o desenvolvimento da humanidade, na diversificação dos vários modelos de intercâmbio sobre todas as áreas, contribui para a transformação global, cujos interesses, pelos grupos e pelos indivíduos, extravasam o sentido de unitarismos inócuos em prol de uma conexão geral em todas as esferas do saber e da convivência.

Como bem lecciona Santos (2001), a compreensão da globalização depende de três dinâmicas: a) a globalização como uma fábula; b) a globalização como perversidade; e c) o mundo como ele pode ser: outra globalização. O primeiro aspecto tem a ver com a percepção de que com a globalização se permite uma conexão rápida entre as pessoas e entre as sociedades por via do desenvolvimento tecnológico, ou seja, as pessoas conectam-se instantaneamente por meio dos recursos tecnológicos. A este pensamento Santos (2001, p. 18) designa por mito, pois não representa, objetivamente, uma verdade; sendo, portanto, uma utopia, visto que a história mostra um cenário diverso. Pode, eventualmente, ser verdade sob o ponto de vista dos países desenvolvidos, mas não para os em vias de desenvolvimento. O segundo aspecto, portanto, o da perversidade e que afinal acaba sendo o que mais penaliza os países em desenvolvimento, transforma a vida dos globalizados num cataclismo em toda a linha, já que,

para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem o seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se a aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção (Santos, 2001, p. 19-20).

O terceiro aspecto reflete outra globalização, relevada pela possibilidade de uma reformulação dos pressupostos que presidiram a metamorfose da sociedade local em global e a assunção do homem como efetivamente o centro nevrálgico do processo que deve conduzir o processo de globalização, ou seja, deve ser um processo que seja mais humano, porque atualmente as bases, sob o qual se respalda o processo nomeadamente de ordem material, consubstanciadas pelas inovações tecnológicas das quais se destacam a redução do espaço geográfico de interação, associadas ao progresso de capitais sob forma de trabalho e dos fatores de produção e consequente evolução econômico-financeira que se lhe é conectada propiciaram a globalização nos termos em que hoje evolui no mundo.

Nesse sentido, o que se vive, atualmente, é uma forma moderna de colonialismo, ou seja, um neocolonialismo do século XXI, nos quais os países em desenvolvimento servem para prestar assistência material aos países desenvolvidos. Em outras palavras, há independência política dos países em desenvolvimento, mas não há independência econômica, pois são dependentes do capital estrangeiro e das multinacionais que manipulam e desenham a ordem econômica da “neocolônia”, baseada em mão de obra a baixo custo, sem direitos trabalhistas.

Nesse sentido, considerando que atualmente, em razão das movimentações originadas pelos processos de produção, o mundo transformou-se em uma miscelânea de povos, raças, culturas, associado ao fato de que tais movimentações originaram um novo tipo de agrupamentos que se encontram “afunilados” em áreas cada vez menores, que resulta uma partilha efetiva de modos de ser e de estar que impulsiona ou influencia no nascimento de um novo tipo de sociedade aparentemente mais coesa, portanto de fácil partilha, é, na verdade, uma pseudo-verdade. A este propósito, Santos (2001, p. 21) afirma que “a população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual”. É, com certeza, desejável e porque não incontornável um repensar, conforme afirmado alhures, das estratégias e dos modelos globalizadores que tenham no homem e no social o objeto

e fim do processo de globalização, ou seja, que se pense no todo e em todas as pessoas do globo.

Como súmula, no que ao conceito de globaliza o diz respeito, justo se torna, neste momento, concluir que, de modo geral, todos os autores aqui mencionados, cada um a seu modo, entendem que a globaliza o não traz os ganhos em condi es equitativas, visto que os altos níveis de desenvolvimento dos países que impulsionam ou for am outros atores de domínio internacional a integrar o processo de globaliza o, associados às ideologias e às políticas segregacionistas e de exclusão que os regimes implantados nos estados menos desenvolvidos adotam nos seus processos internos de desenvolvimento, de modo nenhum podem criar um bem-estar social que se equipare ao dos países desenvolvidos. Atente-se que um dos fatores que deveria ser tido em conta e de importância capital, no processo de globaliza o,   justamente a inclusão sob todas as perspectivas, porém tal se constitui como uma utopia. Mas esta   a tendência marcada pelo neoliberalismo de nascente ocidental, no qual o Estado deve intervir, apenas, minimamente no interesses dos povos, até mesmo nos dos mais vulneráveis.

Sob o ponto de vista econ mico-financeiro, a globaliza o   um processo de movimentaa o de capitais. Nesse sentido, a globaliza o sedimenta-se na ideologia capitalista assente numa  tica e política que busca concretizar a interdependência econ mica entre países, de tal forma que no final se possa afirmar que – o que nem sempre   verificável ou verdadeiro – criou ou trouxe prosperidade para todos os povos.

Sob a perspectiva tecnológica, enquanto produto que resulta da evolu o ou revolu o que decorre das transforma es que se operam no sistema capitalista, ancora-se no desenvolvimento das tecnologias em vários âmbitos, porém com enfoque na informática e nas telecomunica es.

Sob o ponto de vista sociocultural,   caracterizada como um processo natural. Sua implanta o no mundo coloca em choque culturas e costumes que ao final são potenciais fontes de gera o de conflitos entre povos, olvidando os esperados e os desejados benefícios, muito por culpa de lideranças de países hospedeiros que privilegiam seus interesses sem se preocuparem com a sociedade como um todo.

Sob o ponto de vista de intera o de modos de vida (sociais e culturais), a globaliza o resulta muitas vezes em transferência do modo de vida dos países que domina; portanto, daqueles que provocam a deslocaliza o dos seus produtos e/ou serviços para outras latitudes implicando uma tendência de aparente isonomia de modo de vida e de padrões de consumo. Fato que implica uma diminui o da soberania dos países, pois transforma os órgãos de soberania dos estados em sim-

ples aplicadores de preceitos de caráter internacional. Ademais, dumbanenguiza<sup>1</sup>, acabam adotando, em nome de uma dependência, muitas vezes por eles propiciada, legislação que penaliza as sociedades locais/nacionais sob todos os aspectos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a globalização é um processo progressivo de integração à escala planetária, nomeadamente nos campos da informação, da comunicação e da economia, não excluindo, no entanto, a própria esfera econômica. Num mundo em que os meios de transporte e de comunicação permitem contatar com facilidade qualquer parte do planeta, é inevitável que as redes de interação locais e nacionais sejam complementadas por outras à escala planetária. Cada vez mais os indivíduos se conhecem, cada vez mais se criam redes para lá de quaisquer fronteiras tradicionais (Silva, 2004).

Desse modo, adota-se um conceito de Borges e Bernardo (2003, p. 33), em referência à definição constante no relatório econômico anual da União Europeia, de 1997, nos termos do qual “é o processo pelo qual os mercados e a produção em diferentes países se estão a tornar crescentemente interdependentes, devido à dinâmica do comércio de bens e serviços e aos fluxos de capital e de tecnologia”. Nessa definição estão mencionados todos os ingredientes que traduzem o conceito de globalização.

Seria desejável que a globalização se constituísse como um processo de integração social, econômica e cultural entre as diferentes regiões do planeta; todavia, devido às grandes diferenças de desenvolvimento dos entes que interagem no concerto das nações, tal revela-se, hoje, uma utopia, pois os mais beneficiados são, como sempre, aqueles cujo interesse se manifesta mais pelo seu poderio econômico do que efetivamente pela distribuição equitativo-equilibrada de elementos que propiciem o crescimento e desenvolvimento de todos; quer dizer, os países mais desenvolvidos e as empresas multinacionais. Daqui decorre que, ainda que se considere a globalização como a concretização do mundo inteiro como um único lugar, a tal aldeia global onde tudo está perto de tudo e onde é suposto tudo ser por todos partilhado, senão na mesma proporção, pelo menos, de forma que todos se pudessem beneficiar para a satisfação das suas necessidades básicas não é assim, pois tal só seria possível se ela fosse entendida do mesmo modo por todos os quadrantes.

---

<sup>1</sup> Termo originário da expressão dumba nengue que em tradução livre significa “confia na perna”, pois a carestia da vida que caracterizou os primórdios da independência, principalmente na década de 1980, propiciou o surgimento de mercados informais (ao tempo proibidos) que sofriam por parte das autoridades; uma acirrada luta que obrigava os vendedores de mercados a corridas constantes, com vista a escapulir-se de tais autoridades, daí a expressão dumba nengue. Além disso, “dumba nengue” é um termo popular que surgiu logo após a independência nacional de Moçambique e designava a forma como as pessoas se livravam da polícia por praticarem atividades comerciais em locais “tidos por impróprios”.

Na Europa, por exemplo, a globalização representa certo sentido assente nos interesses europeus; na América ela é o apogeu dos interesses do capitalismo elevado à potência mundial que pretende ser; para África, devido a um conjunto de perversidades cometidas pelas lideranças africanas, que propicia o desaparecimento do Estado legítimo, ela corporiza a constituição de elites predadoras, cuja finalidade é, sumariamente, de característica pessoal em detrimento às pessoas a quem juraram fielmente servir. Nesse sentido, a

Mundialização é uma evidência. Mas creio que tenhamos subestimado a sua fragilidade. O problema é o seguinte. O desenvolvimento dos mercados ultrapassa a capacidade das sociedades e dos seus sistemas políticos para se adaptarem, e ainda mais a capacidade para influenciarem o seu curso. A história ensina-nos que um tal desequilíbrio entre os domínios económico, social e político não pode ser sustentado por muito tempo (Borges; Bernardo, 2003, p. 45).

A globalização, enquanto processo de integração cultural, social, económico e tecnológico, em âmbito mundial, pressupõe uma base sobre a qual se respalda, nomeadamente, seus pressupostos. Nesse sentido, no magistério de Delgado (2020), as dinâmicas do sistema capitalista – aquele que efetivamente controla e dirige o processo de globalização – que se verificaram, nas últimas décadas do século XX, implicaram aumento de produção e de produtividade que se traduziu num crescimento económico que precisou se expandir para outros mercados em busca de novas oportunidades e de mais lucro, ou seja, na nova revolução tecnológica, em especial vinculada aos meios de comunicação e de informação e na hegemonia do capital financeiro.

Noutra vertente, o sistema económico, enquanto produção e circulação de mercadorias, a par do próprio capital monetário e a diversificação dos pontos ou locais de intervenção, constitui o traço estrutural que marca a nova fase capitalista que se traduziu na participação no mercado de outros agentes de outras economias, nomeadamente a asiática, quer no plano de produção e circulação de bens quer na dinâmica financeira. Importante não olvidar que a China caminha a passos gigantes para a conquista da hegemonia económica mundial, ou no mínimo, tem essa pretensão.

Essa generalização do sistema capitalista, englobando praticamente todo mundo, com o aprofundamento dos laços entre as distintas economias nacionais, propicia um incremento substancial no comércio internacional. Retenha-se que tal participação – global – não significa necessariamente ganhos comuns; pelo contrário, em algumas situações acentuam dependências e debilidades de certas economias nacionais.

Outro ponto, representado pela mutação tecnológica derivada da revolução industrial, consistiu na introdução das tecnologias no processo de trabalho e nos

processos de produção e de prestação de bens e serviços, que em grande medida contribuíram para a globalização, também denominada por algumas correntes como mundialização, mas que dela se difere pelas razões anteriormente expostas. As mudanças tecnológicas originaram uma espécie de desestruturação dos processos produtivos, deslocando os centros de produção e espalhando-os pelo mundo afora, integrando uma vasta gama de entes, desde estados, empresas multinacionais até empresas de âmbito local e/ou regional tendo como pano de fundo o lucro.

No que à tecnologia diz respeito, Ferreira (2016) entende que a contextualização das tecnologias e da organização do trabalho, no quadro das sociedades industriais, leva em conta uma análise estratificada em três períodos, nomeadamente: o início da primeira Revolução Industrial que vai até finais do século XIX, do qual resultou a integração das relações entre a ciência, a técnica e o trabalho no processo de produção, consumo e distribuição de mercadorias; o segundo que decorre dos modelos de produção *taylorista* assentes fundamentalmente em duas partes, sendo a primeira que consistiu na caracterização dos pontos críticos da organização do trabalho com vista a encontrar uma solução que eliminasse os constrangimentos advindos da produção que não atingia os níveis desejados e que proporcionassem maiores lucros e a segunda parte que enfatizava a inclusão de aspectos técnico-científicos no sentido de desenvolver a produtividade do trabalho e maximizar o lucro, bem como o *fordismo* que preconizou a inclusão da mecanização do trabalho do que resultou em maior produção e produtividade e, por consequência, maior consumo. O terceiro que teve seu início na década de 1970 até os dias atuais, no qual se retira a parametrização da racionalização da organização do trabalho com a consequente elevação da eficiência e eficácia da produtividade, fato que resultou num acréscimo da capacidade produtiva de mercadorias, dando origem ao modelo de produção e de consumo em massa.

Atente-se que as tecnologias e a organização do trabalho são notavelmente parte integrante da sociedade global, pois é por meio delas que as várias entidades intervenientes no processo de globalização e na prossecução dos seus objetivos e interesses concretizam suas aspirações. Não são, portanto, fatores que se possam considerar exógenos, mas sim elementos conexos pela realidade que é simultaneamente intrínseca e interdependente. Assim, neste quadro, Ferreira (2016, p. 125) advoga no sentido de que “o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção, o dinheiro e as forças produtivas funcionam como meios de eficiência e de eficácia da prossecução de um único fim: a valorização do capital”.

Nesse sentido, as novas tecnologias e a organização do trabalho influíram de modo significativo na estruturação dos processos de trabalho de tal sorte que não é de se olvidar que a invenção e a inovação dos materiais, da energia, da ciência, da técnica e dos processos de automatização e informatização são partes integrantes daquelas.

Em apertada síntese, pode-se conjecturar que as inovações revolucionárias em tecnologias, sejam de informação ou comunicação, em todas as esferas da sociedade, assim como a mobilidade de capital e os instrumentos financeiros constituem os pressupostos básicos do processo da globalização (Direito, 2020). São, pois, estes os pressupostos básicos sobre os quais assentou e, ainda hoje, continua assente, o processo de globalização, os quais almejam a hegemonia mundial, porquanto o movimento capitalista revela-se como um pressuposto do processo de globalização.

## **2. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO**

É um fato incontornável que a globalização trouxe consigo uma série de efeitos que pela sua relevância na interpretação no processo de integração dos vários atores, até pelo impacto que esses efeitos têm nas sociedades, torna-se importante abordar. Dentre eles, destacam-se os efeitos que se fazem sentir nas esferas cultural, social e econômica dos indivíduos das sociedades intervenientes.

Tendo em conta que a globalização procura diminuir o mundo, ou seja, transformá-lo numa aldeia global na qual tudo está perto de todos e todos pertencem ao mesmo espaço temporal e geográfico, resulta óbvio que os seus efeitos se manifestam muito além do local de onde ocorrem, pois está subjacente a noção de sistemas globais que criam um sistema de fluxo de pessoas, bens, serviços e capital. Não obstante, tal entendimento de estreitamento do mundo, com as vantagens mencionadas, há de se advogar que tal processo trouxe e fomentou uma crescente desigualdade, justamente porque os mencionados benefícios não foram extensivos a todos os povos, ou seja, sofreram restrições que propiciaram e aumentaram as desigualdades.

### **2.1 Efeitos de carácter cultural**

Do ponto de vista cultural, em razão de a globalização provocar uma concatenação de culturas, as nações mais desenvolvidas têm a tendência de subsumir os países com culturas aparentemente menos avançadas. Afirmam-se aparentemente menos avançadas porque é de se entender que nenhuma cultura é superior a outra, porquanto simplesmente são diferentes em função do conjunto de circunstâncias e de fatores, uns de ordem endógena e outros de ordem exógena, que caracterizam diferentes povos de díspares latitudes. Tal interpretação conduz a uma reflexão dos efeitos da globalização no sentido de que reduz e/ou absorve a autoestima dos indivíduos dos países em desenvolvimento, tornando suas vidas difíceis de aculturação.

Essa temática, segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), articula-se com outra igualmente central no âmbito da globalização cultural, qual seja, a de saber até que ponto a globalização acarreta homogeneização, pois se para uns a especificidade das culturas locais e nacionais está em risco, para outros, a globalização tanto produz homogeneização quanto diversidade. O certo é que esse posicionamento é equivocado, pelo fato de que nenhuma sociedade considerada desenvolvida aceita que as sociedades menos desenvolvidas tenham capacidade cultural. Noutra vertente, outro tema em discussão é sobre as dimensões culturais da globalização nas quais a questão em causa é saber se terá emergido nas décadas mais recentes uma cultura global; adianta-se que é muito reconhecida a hegemonia ideológica da ciência, da economia, da política e da religião europeias, produzidas por meio do imperialismo cultural, alguns isomorfismos<sup>2</sup> entre diferentes culturas nacionais do sistema mundial. Tal ideia não parece incoerente, pois essa é a intenção do chamado mundo civilizado, que promove a imposição de uma cultura que se assuma global, ou seja, a ideia de uma cultura global é, hoje, claramente, um dos principais projetos nominados de modernidade advinda do processo de globalização. Dessarte, as culturas nacionais e locais tendem a ser consumidas em nome de um desenvolvimento que em vez de proporcionar a equilibrada distribuição de recursos e de benefícios, advindos dos processos de globalização, cria cada vez mais diferenças entre os mais ricos e os mais pobres.

Sendo a globalização um processo, é inegável que no âmbito de sua concretização gerará mudanças a vários níveis, nomeadamente econômicos, políticos e culturais, os quais urgem que os estados se comprometam em tudo fazer para contrapor os efeitos negativos, que, de certeza, acompanharão o seu desenvolvimento. Desde logo, a tendência da homogeneização de atitudes, valores e hábitos donde, inevitavelmente, surgirão a intensificação ou promoção do aumento da pobreza, da insegurança, a desestruturação das sociedades e, no extremo, um atentado contra a dignidade da pessoa humana.

É com vista à proteção das culturas locais – entenda-se não uma proteção de caráter fundamentalista nacionalista – que Magalhães (2008, p. 50) propõe que os estados reajam criando condições que propiciem o “fortalecimento da estrutura local por meio do espaço da cidadania, de modo que o Estado encontre uma maneira de se estruturar ante os acontecimentos mundiais, principalmente com relação aos efeitos da globalização”. Nesse aspecto, o que está em causa é o desaparecimento do Estado Social que urge resgatar, não para a oposição à globalização, mas para que ela integre efeitos de natureza humanizante.

---

2 Igualdades de forma, nesse sentido, entendidas como um fato que apesar das reais diferenças que existem entre as diferentes manifestações culturais no mundo, em razão da globalização cultural, são equivalentes porque se manifestam na mesma aldeia global. Uma verdadeira utopia, pois, conforme se afirmou, nenhuma cultura é igual à outra.

Associando a ética ao processo sociocultural, alinhado com o processo de globalização, afirma-se que

uma ética cultural não se contenta em assimilar as culturas relegadas à vencedora, nem tampouco com a coexistência das culturas, mas convida a um diálogo entre culturas de forma que respeitem suas diferenças e esclareçam conjuntamente o que considera irrenunciável para construir a partir de todas elas, uma convivência mais justa (Cortina, 2005, p.144).

Nada mais justo e coerente com os ditames da boa-fé que se entenda dever caracterizar as relações entre os globalizadores e os globalizados.

## **2.2 Efeitos de carácter social**

Quando os países se formam ou se constituem como soberanos, ou seja, como resultado da vontade popular, passam a objetivar formas de consciência dos valores e modos de vida do grupo de sua pertença, assimilando o conteúdo que determina a sua inclusão, a sua integração no concerto das nações em função de seus interesses, como sociedade organizada com escopo de satisfazer, acessoriamente, os interesses grupais, regionais e globais.

Nessa ótica, resulta líquido que o processo pelo qual os países aderem ou são forçados a integrar, no mundo da globalização, não se concretiza num simples ato, mas constitui um processo no qual as decisões não são algo de irregular e desajustadas do grupo de integração, mas sim um processo de correspondência e adesão às regras impostas. Desse processo resulta, normalmente, a composição de atitudes e comportamentos que são interiorizados no sentido de constituírem o acervo de valores e normas do grupo por meio do processo de aprendizagem a que se denomina socialização. Isso porque, a “socialização exige a adaptação e acomodação constantes das estruturas [...] aos novos dados sociais no sentido da integração permanente [...] no coletivo de que faz parte” (Oliveira; Pais; Cabrito, 2004, p. 119).

Do ponto de vista da globalização, na esfera social, é importante salientar que o processo é objeto de estudo das ciências sociais e, por isso mesmo, merece análise que permita aferir até que ponto a globalização interfere nos processos sociais e/ou de socialização dos indivíduos em razão do mundo globalizado. Ora, se o fenômeno da divisão do trabalho ou da sua racionalização segue os modelos taylorista e fordista, claramente conclui-se que o ambiente social das pessoas sofre de forma marcante. Se as invenções e as inovações tecnológicas deslocalizam os centros de produção das grandes multinacionais e colocam suas sucursais em países com pouco ou nenhum domínio do conhecimento das novas tecnologias, resulta óbvio que a massa laboral local ou nacional, justamente por causa da falta de conhecimento, será preterida e, não o sendo, sua empregabilidade será pre-

cária, donde resultam salários muito abaixo da média, que não permitem a vida condigna e muito menos um poder que lhe confira um estatuto social de pertença à sua própria sociedade, excluídos por razões estranhas à sua natural vivência. Portanto, resulta evidente que a globalização, vista sob o prisma de desestruturação das camadas mais vulneráveis, designadamente aquelas que foram negligenciadas, tem na sua integração estruturas que compõem os países hospedeiros ou cooptados pelo fenômeno de globalização por processos culturais que se têm por mais avançadas e, por consequência, com estruturas sociais mais evoluídas; fato que sempre importará na presença, cada vez mais, de desigualdades sociais que de algum modo urge contrariar pelas estratégias no médio prazo, com vista a minimizar os efeitos negativos que advêm em virtude das transformações nacionais e globais.

### **2.3 Efeitos de carácter económico**

A deslocalização das empresas multinacionais e a conseqüente movimentação de capital pela produção de bens, serviços e revoluções tecnológicas, permite a integração muito rápida dos vários atores no âmbito do comércio internacional. No entanto, os produtores de tais bens e serviços pouco ou nada tiram dos benefícios que são supostamente obtidos pelos Estados hospedeiros, normalmente menos desenvolvidos que aqueles que movimentam tais bens, serviços e capital. Tal deriva de um dos dois fatores – constrangedores – que a seguir se apontam: a) fraca capacidade de os governos hospedeiros negociarem acordos de produção de bens e serviços consentâneos e favoráveis para as suas comunidades; b) fracas ou inexistentes políticas sociais.

O primeiro tem relação com o fato de que os governos hospedeiros normalmente são constituídos por indivíduos que longe de pretenderem o bem-estar social das pessoas, privilegiam interesses pessoais e buscam tirar o máximo proveito para si e a seus dependentes, muitas vezes associados a interesses de cariz político. De outro modo, razão do que vai constituir o segundo constrangimento, a ausência de um processo integrativo das várias sensibilidades que compõem o tecido social constituinte e que legitima o exercício do poder político pelos governantes, aliado ao processo de exclusão em toda a linha, resultante do conjunto de fatores de ordem sociológica, que atentam contra um dos princípios fundamentais do homem, designadamente o princípio da dignidade da pessoa humana, centro de toda a discussão que se pretenda compor a sociedade de que o homem é, por excelência, âmago de imputação de responsabilidades no âmbito do desenvolvimento das sociedades, dificilmente a negociação de acordos frutíferos e consubstanciadores de relações que conduzam à sã vivência que respeite as diferenças existentes e conformadoras da sociedade serão tidos em conta.

O segundo, com base no primeiro, leva em consideração que os governos do dia – entenda-se, nesse contexto, os governos cujos interesses não são propria-

mente de ordem popular –, fruto de processos cheios de máculas e de lacunas de ordem associativa, nos quais a legitimidade é a todos os níveis desproporcional com o desiderato de ordem pública, mais se preocupam com os assuntos daqueles que eventualmente os conduziram ao poder do que com a paz social, pois procuram satisfazer os seus vorazes apetites de um individualismo exacerbado, pondo em risco a estabilidade socioeconômica desejável à constituição do Estado, cuja função sem ser predominantemente protetora é de tutela social assente no princípio de que a todos é devido o mínimo que lhes proporcione o bem-estar que contribua para a paz social e que conduza a uma harmonia social duradoura.

### **3. LIÇÕES INTERNALIZADAS POR MEIO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO**

O processo de globalização parte do pressuposto (ou devia ter como pressuposto) de que

o conhecimento de que existiam diferenças geográficas e sócio-culturais, até históricas entre os países, sabendo ainda que existiam níveis desiguais de desenvolvimento tornava-se ou fazia-se premente que no acto da implementação do processo de globalização não se tivesse caído em padronizações e generalizações, pois foi mesmo esse aspecto que criou aparentes igualdades e daí o sentimento de que todos eram ou partiam em igualdade de posições” (Ferreira, 2016, p.128).

Tenha-se em conta que o processo de desenvolvimento deu-se sempre no sentido Norte-Sul e que os países desenvolvidos, em primeira instância, impõem aos demais, mercê do seu poderio econômico e tecnológico, os seus desejos por via de procedimentos com caráter fiscal e de redução ou imposição de barreiras de toda a espécie que em nada ajudam os outros a se desenvolverem; pelo contrário, propiciam cada vez mais riqueza aos países desenvolvidos, empurrando os menos desenvolvidos cada vez mais ao abismo e para uma endêmica dependência econômica.

De outra forma, as novas tecnologias operaram, no âmbito da organização do trabalho, importantes transformações no domínio da produção, porquanto a invenção e a inovação de novos materiais e novos mecanismos automáticos não param de surgir e crescer. Tais fenômenos, de acordo com Ferreira (2016, p. 140): “fazem parte de um contínuo lógico de progresso e desenvolvimento no qual a ciência e a técnica foram objeto de uma grande racionalização”; isso porque, “embora a visibilidade social das novas tecnologias na vida quotidiana dos indivíduos e dos grupos seja cada vez mais representativa, as mudanças emergentes na organização do trabalho também se revelam importantes”.

E para explicar os contornos de transformação operadas na divisão do trabalho, Ferreira (2016) elenca três fatores: a) o fato de decorrer do próprio processo interno de racionalização da organização do trabalho; b) a hierarquização e a divisão de tarefas passando pelos poderes de decisão e de liderança; c) o processo de adaptação e de ajustamento da execução de tarefas e funções em relação às contingências das novas tecnologias.

Ainda que se tenha por benéfica, do ponto de vista de produção e de produtividade, a invenção, a inovação e as mudanças na organização do trabalho podem ter assegurado a estabilidade normativa, mas em contrapartida provocaram a deterioração progressiva do tecido corporativo de negociação; dentre os fatores que ditaram esta deterioração, contam-se a reestruturação das qualificações do fator de produção, o aumento do desemprego e a precariedade dos vínculos contratuais. Portanto, revela-se claro que quanto mais precário for o vínculo contratual, menor será a estabilidade social dos indivíduos e, por consequência, a exclusão social que resultará dessa situação de precariedade laboral, já que “com a crise gerada pelo desemprego, pela precariedade dos vínculos contratuais e pela exclusão social, grande parte dos grupos socioprofissionais que detinham uma situação positiva nessa escala de estratificação evoluíram no sentido descendente, ou pura e simplesmente desapareceram” (Ferreira, 2016, p. 151).

No contexto da globalização, a organização do trabalho deve ser observada sob duas perspectivas: emprego e desemprego. Aqui reside o grande problema para os indivíduos integrarem-se à sociedade a que pertencem por direito de nascença. Primeiro, porque se desenvolvem do ponto de vista de adaptação e ajustamento pela formação profissional competente, de acordo com as necessidades próprias da organização que os acolhe; conseguem, então, obter estabilidade no emprego, salários altos e, por via disso, algum poder e, por consequência, algum prestígio social. Segundo, por não conseguirem, por diversas razões (algumas criadas pelos Estados quando se demitem das suas funções de garantes da estabilidade social dos seus cidadãos), obter qualificações desejadas e, por isso, não sendo competitivos, acabam não conseguindo adequar-se às exigências do mercado de trabalho, sendo relegados para plano secundário, culminando em contratações deletérias que não garantem o poder e o prestígio social que se deseja a todos os indivíduos que integram dada sociedade. Sublinhe-se que situações como a descrita, propiciam que a precariedade contratual se revele em salários baixos e, por consequência, pouco poder e prestígio social, miséria, pobreza e a exclusão social.

Acrescente-se que sob o ponto de vista econômico importa destacar, numa primeira fase, o seu impacto positivo, pois propiciou, no âmbito do comércio internacional, mais liberdade de troca de mercadorias, bem como relevante circulação de bens e serviços, além de uma redução de custos de ineficiência, mercê do alargamento de mercados. Nesse sentido, as empresas passaram a olhar os seus ganhos não mais para o mercado interno/local, mas sim para o mundo, obtendo

assim a produção em massa a qual se associa à economia de escala e maiores lucros.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma, porém, que tal desenvolvimento, crescimento, alargamento dos mercados e subida dos lucros pelas empresas não se refletiram na vida social dos indivíduos, muito por conta do crescimento e desenvolvimento díspares entre as diferentes regiões do planeta. Dessarte,

Este desigual desenvolvimento tem tido impactos muito diferenciados em matéria de progresso social, de condições de vida e de bem-estar da população mundial. Tem implicado uma repartição da riqueza mundial muito desigual e desequilibrada, continuando a riqueza mundial fortemente concentrada num número reduzido de países. As desigualdades têm-se claramente agravado (Borges; Bernardo, 2003, p. 36).

Em outras palavras, há um paradoxo, pois é suposto que a maior riqueza produzida como resultado da interação e da interdependência dos países, no âmbito da proximidade resultante do processo de globalização, fosse, no mínimo, distribuída de forma equilibrada. Tal situação gera uma pobreza endêmica nos países em desenvolvimento, visto que os poucos países detentores da riqueza jamais permitirão a mudança de sua posição hegemônica para ajudar aqueles a se libertarem dos vários problemas que os assolam. Fato que resulta na falta ou deficiência de alimentação para sobrevivência, portanto, básica aos povos, assim como no deficiente saneamento do meio traduzido em surtos de doenças que segundo Borges e Bernardo (2003, p. 36) são “geralmente controladas nos países desenvolvidos, que conduzem a inúmeras epidemias e mortes”.

Os países em desenvolvimento têm suas instituições e estruturas políticas, econômicas e sociais fragilizadas, tanto por motivos internos (corrupção e falta de legitimidade dos governantes e por isso contestadas em todas as dimensões) como por motivos externos consistentes nas pressões dos países desenvolvidos para que as nações em desenvolvimento aceitem determinados acordos e patrocínios dos quais os últimos não tiram nenhum benefício de vulto que possa, em última análise, ser posto à disposição das comunidades internas.

Por todo o exposto, impõem-se grandes desafios às lideranças dos países em desenvolvimento no sentido de começarem a adotar e, efetivamente, aplicar políticas sociais, econômicas e tecnológicas que contribuam para que ganhos possam ser obtidos no processo de globalização. Urge, assim, que os países em desenvolvimento invistam no conhecimento, e não apenas no consumo; que invistam no fator humano, pois só com pessoas capazes, escolaradas e motivadas as sociedades poderão mover-se rumo ao desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado qualquer sociedade que se preze tem, na coesão do seu povo, o trunfo para o desenvolvimento consentâneo com o tamanho de sua integração no concerto das nações, por outro não se pode esquecer que o nível de desenvolvimento de uma nação mede-se, muitas vezes, em função das condições em que os seus integrantes se encontram, enquanto produtores de riquezas, para integrarem o mercado da competitividade.

Não é possível que determinada sociedade atinja um nível de competitividade num mundo globalizado, quando as políticas traçadas por aqueles a quem compete tal fazer simplesmente passam ao lado por assumirem que a cada um compete criar condições que lhes permitam inserir-se no seio da sociedade; isso porque em primeira instância cabe ao Estado-nação, sem ser absolutista, propiciar condições de empregabilidade dos seus cidadãos em termos tais que estes possam integrar o mundo produtivo globalizado em situação, no mínimo, de equilíbrio com aqueles, cujo poderio econômico ditam as regras do jogo no âmbito da evolução tecnológica, do comércio de bens e serviços e nos mercados de capital.

Impõe-se, aos países em desenvolvimento, um repensar de estratégias de integração num mundo globalizado e conduzido por interesses capitalistas que não ponderam os meios para atingir os seus fins. Isso porque é preciso criar condições para que os povos interajam com os demais, senão em condições de igualdade porque tal é quase impossível, mas ao menos em condições em que se considere algum equilíbrio nas relações interestatais.

Atente-se, por fim, que considerar a igualdade propalada de intervenção em termos de soberania que informa e envolve o relacionamento entre os países e que devia ser a guia condutora no nivelamento dos ganhos que advêm do processo de globalização, traduzido num mundo cada vez menor, no qual todos os países deviam concorrer e obter ganhos em condições de equilíbrio, é pura utopia, tendo em vista as desigualdades de que os países em desenvolvimento são enfermos.

## REFERÊNCIAS

BORGES, P.; BERNARDO, P. **Manual de Formação Sindical**. v. III. Cefosap: Lisboa, 2003.

CORTINA, A. **Cidadãos do Mundo**: para uma teoria da cidadania. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2003.

DELGADO, M. G. (2005). **Globalização: pressupostos e requisitos**. Disponível em: <https://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/globalizacao-pressupostos-requisitos-593598330>. Acessado em: 27 fev. 2020.

DIREITO e **Globalização** disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/320068691\\_Roteiro\\_de\\_aula\\_Set\\_2017\\_DIREITO\\_E\\_GLOBALIZACAO](https://www.researchgate.net/publication/320068691_Roteiro_de_aula_Set_2017_DIREITO_E_GLOBALIZACAO). Acesso em: 27 dez. 2020.

FERREIRA, J. C. M. **A Crise no Mundo do Trabalho**. Lisboa: Clássica Editora, 2016.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. 6. ed. (Trad. Saul Barata). Lisboa. Editorial Presença, 2006.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Científica**. 6. ed. São Paulo. Atlas. 2008.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAGALHÃES, J. L. Q. **Direito Constitucional**: curso de direitos fundamentais. São Paulo: Método, 2008.

OCTAVIO, I. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA, M. da L.; PAIS, M. J.; CABRITO, B. G. **Sociologia**. 3. ed. Lisboa: Texto Editores, 2004.

PEREIRA, Thaylize Goes Nunes. **Diferenças entre internacionalização, mundialização e globalização**. Instituto Claro. Rio de Janeiro, 2020.

POPPER, K. R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

SANTOS, B. de S. **Os Processos de Globalização**. Disponível em: <https://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência global. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Nuno Cardoso. **A Globalização como factor de Exclusão**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48574731.pdf> Acesso em: 23 dez. 2020.

Recebido em: 04/06/2024

Aprovado em: 14/09/2024